

DE 1996 PARA 1997

Josaphat Marinho

No ocaso do ano, sem nenhum resto de poder, 1996 transmite a 1997 amarguras, anseios e esperanças. Dá-lhe em herança a tristeza do que não foi realizado. A reforma tributária, a administrativa e a previdenciária. A reforma agrária, pois não passou de assentamentos sem planos de coordenação garantidores do futuro do trabalho rural. O estrangulamento da situação dos servidores públicos, tratados como inimigos do Estado, destituídos de direitos adquiridos e sem nenhum aumento de vantagens. As rodovias federais reduzidas a crateras. Muitos estados e municípios em dificuldades, até para pagamento de pessoal. A falta de política agrícola, com a consequente insegurança da produção e do abastecimento. Um número alarmante de desempregados e outro de concordatas e falências. Todo esse acervo de situações não resolvidas transfere-se para o novo ano. A reforma conveniente do Poder Judiciário não foi corretamente impulsionada e as incertezas agravam as questões que dificultam a prestação jurisdicional.

Ao lado desse aglomerado de dificuldades, acompanham o sol nascente sonhos que esperam a hora de converter-se em realidade. A diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais, com o encaminhamento adequado dos meninos de rua e dos analfabetos e a eliminação da mancha que representam os "excluídos" dos benefícios da civilização. A aspiração da Universidade forte na formação do homem, na especialização profissional, no desenvolvimento da pesquisa, no estudo e na expansão das idéias, sempre atualizadas. As garantias de liberdade e de oportunidade precisam ser asseguradas a todos os seres humanos, em função de sua capacidade de trabalhar, produzir e servir, e não à base de privilégios e preconceitos. A participação do trabalhador nos lucros da empresa deve converter-se em medida legal de alcance amplo e efetivamente obrigatório, e não permanecer como ato de generosidade, ou de livre deliberação.

As amarguras experimentadas e aos anseios irrealizados, juntam-se esperanças. Na vida dos indivíduos como na história dos povos, sofrimentos e frustrações perturbam objetivos e programas, porém não impedem o florescer de novas crenças, o prolongamento ou a germinação de outras ambições legítimas. A existência humana é sempre marcada por alternâncias. Podem variar de intensidade e dimensão, mas assinalam constantemente os ciclos da vida. Na transição de um para outro, esse fenômeno se projeta com a força natural do tempo que nasce e reage ao peso da herança recebida. Um ano pode ser mais resistente do que outro. Nenhum é inteiramente passivo diante do que findou, a ponto de não produzir alguma inovação. Os acontecimentos da vida coletiva não dependem necessária e exclusivamente da vontade do homem. Fatos da natureza, atos de multidões, ou consequências deles, influem, por vezes inesperadamente, no destino das sociedades.



A sociedade brasileira sentiu represadas em 1996 muitas de suas crenças e esperanças. O governo não foi suficientemente tolerante em face de reivindicações coletivas. Julgando-se titular único da verdade, firmou-se em dogmas no processo das reformas e de medidas administrativas. Não transigindo, ora foi vencido, ora provocou a paralisação de projetos, ora não obteve o êxito esperado em outros, como no plano da "demissão voluntária". Insiste na política de globalização sem limites, que não conduz à real integração dos povos, mas a predomínio e exploração dos fortes sobre os fracos. Daí as críticas que o pensamento esclarecido vem opondo a essa orientação vesga. E as importações preponderantes, seguidamente, sobre as exportações,

com desequilíbrio da balança comercial, comprovam a procedência das restrições à economia instituída. Não se quer isolamento no mundo de intercomunicação, mas equilíbrio nas decisões, para que o país, suas empresas e seus produtos não sofram sempre a carga de superioridade de outras nações. Perigoso é denunciar convenção internacional, como a 158 da OIT, fortalecendo a empresa e enfraquecendo o empregado, em prejuízo da paz e da justiça no trabalho.

Rever esses critérios representa esperança em 1997. É claro que elas não se realizarão se o Congresso Nacional, também, não se investir de maior autoridade nas deliberações, como lhe assegura a Constituição. Nenhum Poder se afirma e se prestigia renunciando a faculda-

des que lhe são essenciais. No caso do Legislativo, a capitulação diante do Executivo é tanto mais lamentável porque traduz abdicação de tarefa conferida pelo povo a seus representantes. E não se transfere, legitimamente, o que não pertence ao delegante. Se o vício das acomodações, para ser superado, pressupõe reforma política e partidária, seja ela feita, sem submissões.

Depositário de novos sonhos e esperanças, 1997 há de ser acolhido com sentimento de confiança. As divergências partidárias não contam em face dos superiores interesses do país e do povo. As esperanças da coletividade sobreponem-se aos propósitos de parcialidades.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia